

Mesa Permanente instala nova relação entre Estado e servidor

O movimento sindical dos servidores públicos e o governo do Estado implementaram no primeiro semestre um novo sistema de discussão das reivindicações dos servidores, iniciando um debate em torno da pauta unificada da categoria. A Mesa Central de Negociação Permanente estabeleceu novas relações de trabalho e recuperou o princípio constitucional de um vencimento básico nunca inferior ao salário mínimo.

Após dois meses de negociação oficial, servidores e governo fecharam acordo com reajustes que variaram de 4,5% a 17,28%. Foram dois meses de conversação oficial na Mesa Central de Negociação (veja imagens ao lado). Agora, o governo precisa entrar numa nova etapa, que é acelerar as negociações das mesas setoriais para atender os pleitos emergenciais das categorias.

O percentual, que não recupera as históricas perdas do funcionalismo foi, segundo a SAEB, o possível dentro das limitações orçamentárias que o governador Wagner encontrou. Para a Fetrab, mesmo que fora dos padrões necessários para recompor o poder de compra de 1994, o reajuste concedido está sendo compreendido como conquista. Isso porque acaba (com a incorporação final em novembro que vem) com a imoralidade de piso salarial abaixo do mínimo. Uma situação humilhante e ilegal imposta pelo governo do PFL (DEM).

17,28% PARA 104 MIL

Segundo a SAEB, 150 mil servidores terão reajustes salariais acima de 4,5%, sendo que para 104,6 mil o reajuste será de 17,28%. Cerca de 67% do funcionalismo estadual recebia até abril menos que 1 salário mínimo e isso será definitivamente vencido em novembro, quando for incorporada a última parcela do reajuste e a Bahia voltar à legalidade constitucional. Com a política de recuperação e valorização praticada pelo governo Lula, o salário mínimo alcançou aumento real de 33% nos últimos quatro anos e a tendência é continuar subindo acima da inflação, conforme política aprovada no Congresso Nacional no início de 2007.

Por fim, com a Mesa Permanente, conseguimos estabelecer uma curva ascendente em termos de política salarial. Precisamos aproveitar a oportunidade para arrancar – mesmo que de forma gradual – as pendências que o Estado tem para com o funcionalismo. A mesa permitirá que as entidades do funcionalismo tenham acesso à elaboração do orçamento em 2008, no que diz respeito ao pagamento de salários e encargos dos funcionários públicos, facilitando a participação no debate que definirá a alocação dos recursos, fato que nunca aconteceu antes.

PONTOS COMUNS

Por outro lado, a Mesa expressou a unidade em torno dos pontos principais de reivindicação na data-base: reajuste, Funprev, Planserv e definição de política salarial. Neste momento, em que a ênfase foi a definição do salário mínimo como Piso, setores como Saúde, Educação e Segurança Pública tiveram as diferenças de interstícios de sua tabela salarial afetadas. Esperamos recuperar esta questão nas mesas setoriais.

Como nas primeiras reuniões das mesas setoriais a Fetrab detectou que alguns pontos levantados pelas categorias são comuns.

EXPEDIENTE

FETRAB

Jornal da Fetrab (Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia) - Editado sob a responsabilidade da coordenação da Entidade (Marinalva Nunes, Maria José Silva, Aladilce Souza e Crispiniano Daltro).
Jornalista Responsável: Moacyr Neves (MTb 1736 DRT-BA)
 - **Editoração Eletrônica:** M2Mídia
 - **Tiragem:** 20 mil exemplares
 - **Impressão:** Gráfica A TARDE
 - **Edição fechada em 21 / 07 / 2007.**



Plenária da Fetrab



Assembléia do Sindsefaz



Plenária da Fetrab



Reunião com o Governo

Desde o final do ano passado a Fetrab pressionou o governo pela abertura de negociação e não deixou de realizar as atividades de mobilização, fundamentais para dar legitimidade à entidade nesse processo



Audiência com o Governador



Plenária da Fetrab



Audiência com o Governador



Plenária da Fetrab



Assembléia da Segurança

Visando acelerar o processo de definição a Federação trouxe todos estes itens para a Mesa Central: reajuste do auxílio-alimentação para R\$ 12,00 e extensão para todos que trabalham 40 horas; instalação dos grupos temáticos para tratar dos planos de carreira; levantamento do montante da dívida oriunda das ações da URV e definição de cronograma de pagamento; abono pecuniário de 2008; readmissão dos demitidos por motivação político-sindical e levantamento da dívida gerada com a diferença do Funprev, bem como cronograma de pagamento.

A avaliação da Fetrab é que temos mais a ganhar que a perder com o novo processo que se iniciou na Bahia. É uma experiência nova, que pode avançar para vitórias importantes. Vai depender de nossa capacidade de luta e de unidade.

Dicionário desse novo momento

- **Fetrab:** Federação que representa 13 entidades representativas dos servidores públicos estaduais. Possui coordenação formada por Marinalva Nunes, Maria José da Silva, Aladilce Souza, Crispiniano Daltro e Alfredo Boa Sorte (licenciado);
- **Senp:** Sistema Estadual de Negociação Permanente, que é o modelo de relação de trabalho entre governo e servidores;
- **Mesa Central de Negociação:** Faz parte do Senp e é onde se discute as questões que unificam todo o funcionalismo, como reajuste, Funprev, Planserv e política salarial. É composta por cinco representantes do governo, sendo dois da

Secretaria da Administração, 1 da Secretaria da Fazenda, 1 da Secretaria do Trabalho e 1 da Secretaria de Relações Institucionais. E 11 representantes dos servidores: Fetrab (2), Sindsefaz, APLB-Sindicato, Sindsaúde, Asderba, Aspol, Asbac, Sindmed, Sindpoc e Sinspeb;

■ **Mesa Setorial:** Discute os problemas de cada secretaria. É onde são tratadas as reivindicações específicas, como plano de carreira, condições de trabalho, gratificações etc. É formada por representantes da secretaria e pelas entidades sindicais representativas dos servidores.

Respeitar a democracia não é ser beneplácito com o Governo

Em nota divulgada em seu site no dia 20 de julho passado, a ADUNEB (Associação dos Docentes da UNEB) acusa a Fetrab de ser "beneplácito" com o Governo e que isso teria sido um dos motivos para que eles fossem forçados a suspender a greve de 53 dias.

Na verdade, a direção da Aduneb busca um subterfúgio para escapar às suas responsabilidades na condução da luta dos companheiros da UNEB. No próprio texto da nota a Associação assume que não havia mobilização na categoria para manter o movimento. Vamos ler: "De um lado, uma minoria de campi mobilizados e engajados na greve e, de outro, uma maioria de campi com pouca ou nenhuma mobilização, o que determinava a pouca participação dos professores da UNEB nas

manifestações aprovadas em assembléia e que orientou a decisão da categoria para definição de novos rumos para o movimento."

Primeiro, a Fetrab nada tem a ver com a mobilização dos trabalhadores da UNEB. Segundo, a entidade se comporta conforme a definição democrática da maioria. Na Mesa Central de Negociação, apenas a representação da APLB-Sindicato se posicionou de maneira diferente daquela tomada pelas outras nove entidades que compõem o Fórum, representando os servidores públicos.

A plenária da Fetrab, que é fórum democrático e legítimo para definição da estratégia e das táticas da nossa luta, decidiu colocar como meta, neste ano, a garantia de recuperação do vencimento básico do Estado, ten-

do o salário mínimo como piso. Isso porque, ao longo dos últimos anos, quando a política salarial privilegiava gratificações e abonos (deixando o piso abaixo do mínimo em 2006), todo o funcionalismo perdeu.

Com a definição de uma nova política salarial para o Estado, agora podemos nos concentrar nas Mesas Setoriais na reestruturação das carreiras e na conquista de históricas reivindicações de cada segmento. O que ocorreu é que as poucas categorias que mantiveram quase dois meses de greve adiaram essa segunda etapa do processo de negociação.

Respeitar a decisão da maioria não é beneplácito ao governo: é democracia e respeito. E cada entidade assume as responsabilidades pelas suas atitudes e táticas de luta.